

Chape: executivo diz a CPI que seguradora busca 'compensação adequada'

Em depoimento à CPI sobre a situação de familiares e vítimas do acidente da Chapecoense, Robert Wilson, diretor de subscrição da seguradora Chubb Global Markets, afirmou que a companhia está disposta a pagar o valor que caberia a ela dentro do contrato de seguro de US\$ 25 milhões e que busca, junto com a seguradora Tokio Marine, “achar formas de compensação adequadas” para o caso. Nesta quarta-feira (8), o executivo respondeu perguntas feitas pelo relator da CPI, senador Izalci Lucas (PSDB-DF).

De acordo com Wilson, a Chubb é uma das 12 corporações resseguradoras ou agentes gestores para o pagamento do seguro que são liderados pela Tokio Marine. Segundo ele, a parte do risco da Chubb é de 1,125% do valor. Mas durante todo o processo de execução do contrato com a empresa LaMia, de acordo com o executivo, a companhia não participou ativamente de decisões, informações ou declarações. Ele disse que essa responsabilidade ficou a cargo da Tokio Marine.

— Para responder a essa pergunta específica, nossa parcela é muito pequena. Temos 1,125% dos US\$ 25 milhões, que é o limite. Isso corresponde a US\$ 281.250 — disse, ao explicar que a companhia já repassou quase todo o valor que lhe cabe ao fundo humanitário criado pela Tokio Marine .

O fundo humanitário permitiu a destinação de US\$ 225 mil a cada família de vítima, com a condição de que esse seria o único valor devido pela empresa. Quem optasse por recebê-lo se comprometeria a desistir de todas as ações judiciais abertas no Brasil ou no exterior. No entanto, Izalci lembrou sentença da corte estadual da Flórida, nos Estados Unidos, que deu procedência ao pedido de indenização das famílias de 40 vítimas do voo. De acordo com o parlamentar, o valor total chega a US\$ 844 milhões, que serão acrescidos de juros. O número de beneficiados representa mais da metade dos 77 passageiros do voo 2933 da companhia boliviana LaMia que levava o time da Chapecoense para a final da Copa Sul-Americana de 2016.

Izalci quis saber o motivo de a Chubb fazer parte do grupo das 12 corporações que tentam na Justiça de Londres parar o processo de indenização.

— Os nomes das 12 novas empresas apareceram encabeçados pela Tokio Marine, na Inglaterra, para que o processo aberto pela Justiça americana na Flórida fosse paralisado. No mercado de seguros, uma apólice pode ser dividida entre concorrentes, com percentuais diferentes entre elas. Caso as famílias das vítimas e sobreviventes ganhem o processo, as 13 empresas, incluída a resseguradora líder, a Tokio Marine, teriam de dividir a quitação da apólice. No entanto, ainda não está claro qual a porcentagem de cada uma das 13 empresas no resseguro da LaMia — alegou Izalci.

Em resposta, Robert Wilson declarou que “não há envolvimento nenhum” da Chubb nesse processo, “a não ser o apoio que damos na Tokio Marine para tentar chegar a um acordo adequado e pagar as quantias que foram solicitadas”.

O processo nos Estados Unidos foi aberto contra LaMia, Kite Air Corporation (dona da aeronave), Marco Antonio Rocha Venegas (proprietário da Kite) e Ricardo Albacete (um dos sócios da LaMia). No entanto, os alvos de fato são as empresas Aon (responsável pela corretagem do seguro), Bisa (seguradora) e Tokio Marine Klin (resseguradora).

Irregularidades

Izalci ainda citou dados e históricos de conversas os quais apontam possíveis irregularidades cometidas pela LaMia como na apólice de seguro. Entre elas a de que a apólice proibia que a empresa voasse para a Colômbia. Ele relatou ainda troca de emails entre Aon, Tokio Marine Klin, os donos da LaMia e da aeronave mostrando que todos os envolvidos tinham conhecimento de que os voos eram realizados para a Colômbia.

O senador também questionou se a Chubb tinha conhecimento de que o seguro da LaMia teve redução de cerca de US\$ 300 milhões para US\$ 125 milhões a partir do momento em que a companhia aérea deixou de fazer voos particulares e para transportar equipes de futebol, o que, segundo o senador, seria irregular. Na avaliação dele, o valor da apólice deveria subir, e não ficar mais baixo.

— É evidente que os atletas, as pessoas que estavam no voo, não perguntaram quando entraram no avião quanto era a apólice, mas a apólice inicial, que se pretende cobrar, que é exatamente a que deveria estar vigorando, era de US\$ 300 milhões — argumentou.

O depoente, no entanto, disse que não estava ciente dessas variações de preço da apólice.

— E a Chubb, na posição em que se encontra, como mercado estrangeiro, é um consórcio que não tem atividade de seguradora, nem de resgate, de reclamações. Então, não temos todos os detalhes dessas informações o tempo inteiro, mas, como seguradora, estamos dispostos a pagar até o limite máximo da apólice.

No decorrer da oitava, Izalci ainda fez questionamentos sobre detalhes do contrato, negociações e informações da Chubb em relação à apólice com a LaMia e as tratativas com a Tokio Marine. Ele ainda quis saber sobre outras operações da Chubb no Brasil, como com as cinco apólices de seguro com a Petrobras. Como o depoente não tinha as informações precisas, o senador pediu que ele as encaminhasse posteriormente à CPI para que fossem juntadas ao processo.

Fonte: Agência Senado, em 08.12.2021
